

A hora da objetividade

A menos de 40 dias para a entrada em vigor do real e para o início da hora da verdade para o plano de estabilização da economia, o cidadão brasileiro é assediado por informações e análises contraditórias a respeito do que poderá ocorrer. Infeliz mas inevitavelmente o início da circulação da nova moeda ocorrerá quase junto com dois eventos de natureza completamente distinta mas que têm em comum entre si o fato de interferir sobre a psique coletiva com efeitos imprevisíveis: o começo efetivo da campanha eleitoral e a copa do mundo de futebol.

Dependendo de como transcorram os acontecimentos ao longo dos próximos 40 a 60 dias, os rumos do País ao longo dos próximos meses e anos poderão ser substancialmente diversos. Um clima de frustração ou de euforia em função dos resultados da seleção de futebol deverá influenciar na mesma direção o comportamento das pessoas frente à situação econômica num momento tão delicado. Já os resultados do plano de estabilização haverão de se refletir decisivamente nas opções que os eleitores farão em 3 de outubro e em 15 de novembro, especialmente na votação para os cargos executivos.

Num momento tão delicado devido ao fato de vários componentes do plano de estabilização ainda não estarem definidos, à insegurança dos chamados agentes econômicos e, em parte por isso, à imprevisibilidade quanto ao comportamento de vários setores sociais e os efeitos disso sobre os indicadores econômicos e financeiros, é natural e inevitável que se especule sobre o que pode ocorrer.

Os meios de comunicação e as pessoas que se enquadram no que se identifica como “formadores de opinião” têm um papel decisivo nesse processo. Como há alta dose de imponderabilidade, é importante que se discuta as várias possibilidades e eventuais consequências. Feita com honestidade e total liberdade, esta exploração de cenários contribui para que se façam as melhores opções e que se informe adequadamente a opi-

nião pública para que esta reaja racionalmente à nova situação. Se isso for feito, qualquer comentário ou estimativa surge como uma contribuição cívica.

Em qualquer hipótese é preciso evitar o alarmismo, uma atitude que raramente se justifica na realidade, mas que sempre traz bons dividendos para os espertalhões que o promovem. Por motivos diversos, o brasileiro é hoje descrente em relação à maior parte das autoridades. Por mais justificada que seja esta postura, ela contém algum exagero, até porque o descrédito por princípio é o irmão gêmeo mas de sexo oposto, da credulidade ingênua.

A questão não é acreditar em tudo o que o Governo diz ou no que os seus críticos mais ácidos afirmam. O que todo brasileiro deve fazer, como cidadão e em benefício próprio é confrontar as informações disponíveis tomando o que elas têm de objetivo e fundamentado. A verdade provavelmente não estará no ponto médio, mas dificilmente coincidirá com uma das posições polares. Um exemplo típico disso é o debate sobre o comportamento dos consumidores após a entrada em vigor do real. A tese da “explosão de consumo” traz óbvias vantagens para alguns setores—quem pretende especular com estoques, por exemplo. O mesmo se pode dizer da questão cambial.

Um período de adaptação à nova realidade — caracterizado por alguns desajustes e boa dose de confusão — será inevitável e não significa que o plano “faça água”, que o Governo seja incompetente, ou coisa parecida. Não é possível prever tudo o que acontecerá e em que medida. Por tudo isso, as pessoas e entidades que influenciam o comportamento da opinião pública e dos mercados não têm o direito de ser ingênuas ou inconseqüentes. Há um limite ético que não pode ser ultrapassado entre errar uma avaliação ou defender interesses particulares legítimos e induzir ao erro a fim de tirar proveito de situações artificialmente produzidas.